

# DIMENSÃO HISTÓRICA DA PERSPECTIVA INTERCULTURAL, EDUCAÇÃO, ESTADO E SOCIEDADE<sup>1</sup>

José Marín<sup>2</sup>

## Introdução

Esta reflexão é o produto de algumas experiências existenciais que vivi como um antropólogo interessado pela ampla e complexa área da Educação, tanto na teoria como na aplicação prática da interculturalidade.

Meu terreno de referência inicial são os povos indígenas da bacia amazônica e as sociedades pluriculturais do continente americano. Desde 1989, tenho participado das inquietações da reflexão intercultural e de sua aplicação no contexto europeu, tendo sempre como referência comparativa o contexto latino americano. Ambos os continentes compartilham o mesmo modelo político de Estado nação, obstáculo histórico para assumir democraticamente a diversidade cultural e lingüística de nossas sociedades.

Em 1998, tive a oportunidade de participar da avaliação do Programa de Formação de Professores Indígenas em Educação Bilíngüe e Intercultural de Zungarococha, localidade próxima de Iquitos, na Amazônia peruana. Esse programa, considerado pioneiro, foi reconhecido pela cooperação internacional como projeto piloto e obteve um prêmio em 2002 (MARIN 2002b).

Essas vivências são as referências que sustentam essa reflexão, que tem um caráter preliminar. Meu texto é portador de muitas limitações sobre a interculturalidade, como perspectiva restrita principalmente ao campo educativo latino americano. Esse paradigma, como a democracia, faz parte de uma problemática muito complexa e está em processo de construção.

A noção da interculturalidade pode ser de uma grande utilidade para a compreensão de outras áreas de conhecimento, além da educação.

---

<sup>1</sup> Texto publicado In.; Revista Grifos: Dossiê Educação Intercultural. Telmo Marcon (org.). n. 15, maio 2003. Chapecó, SC : Argos Editora, p. 69-88.

<sup>2</sup> Doutor em Antropologia pela Universidade de Sorbonne, diplomado pelo Instituto de Altos Estudos da América Latina, de Paris. Diplomado pelo Instituto Universitário de Estudos do Desenvolvimento e pela Academia Internacional do Meio Ambiente, de Genebra. Foi professor da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade e da Academia Internacional do Meio Ambiente, ambas de Genebra. Participou da equipe de Investigações Interculturais de Genebra e atualmente colabora com diversas instituições da Europa e da América Latina. Foi colaborador da UNESCO na África. A perspectiva intercultural nos movimentos sociais e nas práticas educativas, como tema central de nossa Mesa redonda, é uma problemática fundamental e se inscreve em um momento histórico que é determinante para o futuro da sociedade brasileira. O contexto histórico do Brasil está associado ao contexto regional latino americano e se inscreve no contexto global atual, demarcado no interior de uma realidade complexa e crítica, contrária à democracia ativa e real.

A globalização, sob a hegemonia dos Estados Unidos da América do Norte, é caracterizada pela exclusão social e pela destruição da natureza, que provocam e se opõem a todo acordo pela proteção da biodiversidade e pelo respeito à diversidade cultural (AMIN HOUTARD 2002; BECK 2002; CHOMSKY 2000; MARIN 2002; TOOD 2002; ZIEGLER 2002).

Na atualidade e no marco da globalização, à margem de seu progresso econômico e tecnológico, assistimos à imposição de uma “estandardização cultural”, também chamada por alguns de “macdonaldização cultural” (FANTASIA 2000).

As dimensões do globalmente dominante se enfrentam diante da emergência de uma resistência das culturas locais, enquanto se recriam identidades e se reconstróem dignidades. Estamos diante de um processo que, partindo da imposição financeira, busca igualmente uma dominação cultural. Ainda que a industrialização da cultura tenha como data de início os anos sessenta, o desejo de homogeneização ou americanização se vê confrontado com a extraordinária capacidade que têm as culturas locais para resistir à influência avassaladora, cultural e ideológica, que acompanha a dominação econômica.

Desde o final do século passado, temos assistido a uma grande abertura de certos setores da sociedade européia, frente ao desafio da multiculturalidade; mas é necessária uma ampla vontade política para levá-la adiante e para que se traduza em leis de integração, que regulem o respeito à diferença, na vida cotidiana.

Lamentavelmente, depois do onze de setembro de 2001, todas essas iniciativas foram debilitadas pela crescente hegemonia norte americana que impõe sua ideologia global de segurança dotada de uma ótica mono cultural, etnocêntrica e fundamentalista e que nos anuncia a ameaça de uma suposta “guerra de civilizações”. Essa teoria é sustentada por Samuel Huntington, professor da Universidade de Harvard e veterano assessor do governo norte americano, desde a monstruosa guerra do Vietnã. Seu discurso busca justificar ideologicamente uma nova purificação étnica e religiosa (HUNGTINGTON 1997; MARIN 2002).

Essa confrontação dar-se-ia entre o mundo ocidental judaico cristão e o mundo muçulmano. A teoria da confrontação militar e religiosa baseia-se em uma arcaica lógica binária: a oposição de um suposto império do bem contra o eixo do mal, lógica essa sustentada pelo protestantismo fundamentalista norte americano, com grande influência no governo George W. Bush.

Como podemos constatar, encontramos-nos frente a uma hegemonia imperial impregnada de etnocentrismo, de nacionalismo, de fundamentalismo religioso e de predestinação geopolítica, hegemonia essa que acreditávamos já

estar na história passada da humanidade e que se caracteriza pela imposição de um pensamento único, como fundamento ideológico do neoliberalismo no âmbito econômico e com uma grave ausência de um projeto de sociedade viável.

A essas limitações históricas somam-se outras, como a visão de um mundo mono cultural, totalmente contrária à diversidade cultural, que impregna a sociedade planetária de nossos dias (BECK 2002; MARIN 2002; STIGLITZ 2002).

Na atualidade, a reflexão intercultural é de primordial importância, como um dos elementos essenciais para imaginar uma sociedade viável, capaz de assumir os desafios éticos, ecológicos, políticos e o cumprimento dos direitos fundamentais, como a alimentação e a educação que garantam a dignidade humana vital. A aplicação dessa perspectiva deve constituir-se no instrumento para nos opormos a toda imposição etnocêntrica que é uma fonte de racismo, de nacionalismo e de fundamentalismo religioso.

A reflexão sobre a interculturalidade como um instrumento aplicável a diferentes domínios e principalmente à educação obriga-nos a assinalar algumas posições.

### **Dimensão histórica da interculturalidade**

Historicamente, no contexto do continente americano, a confrontação violenta entre culturas diferentes ocorreu entre os conquistadores europeus e os povos autóctones. Foi um processo que se iniciou com a conquista colonial. Essa experiência teve as características próprias do colonialismo, marcado pelo genocídio, o etnocídio e a destruição de recursos naturais. Prolongou-se durante séculos, no quadro do processo de dominação e de exclusão, cujas marcas de discriminação e de despotismo existem até os nossos dias.

Todos nós como seres humanos somos o produto de diferentes mestiçagens, ocorridas nas diversas épocas da história das civilizações (LAPLANTINE; NOUS 1977). Esse processo se desenvolve no interior das marcas de uma extraordinária diversidade ecológica, da qual emergiu a diversidade cultural, apesar da pertença do homem a uma só espécie biológica (LANGANEY; VAN BLIJEMBURG; SANCHES-MAZAS 1992). Nessa perspectiva, toda pretensão de pureza biológica é insensata: cada um de nós possui um histórico genético único.

A história das sociedades humanas está associada à história das migrações e aos contatos culturais que têm sido a fonte de múltiplas influências. Esses encontros têm tido características diversas: seja de recusa e confrontação, ou de intercâmbios pacíficos e de mútuas aprendizagens. As culturas se têm construído e modificado em contextos dinâmicos. Igualmente

as comunidades, assim como os indivíduos, enquanto participantes na interação de suas existências, têm estado submetidas a influências e condicionamentos múltiplos, que têm determinado a construção de suas identidades de diferentes formas.

Atualmente o processo de globalização da economia, assim como a revolução tecnológica das comunicações e da informação, multiplica os contatos em muitos terrenos. Entretanto, se a política neoliberal facilita por um lado o tráfico livre de mercadorias, por outro lado impõe múltiplas barreiras e restrições ao livre trânsito das pessoas: o planeta converte-se em uma aldeia plena de contrastes no âmbito planetário (CHOMSKY; DIETRICH 1998; FLEURI 2002; HALLAK 1998; HOBBSAWN 1996; RAMONET 1997).

Para além dos interesses da geopolítica dos grupos hegemônicos, os mais de seis bilhões de seres humanos vivem sob o mesmo céu e na mesma casa. A pergunta é: Como poderíamos fazer para viver juntos? Como fazer para respeitarmos e aproveitarmos mutuamente de nossa diversidade e de nossas diferenças? É aí que reside o eixo central da perspectiva intercultural da história humana contemporânea (DEMORGON 1998, 2000).

A maneira atual de como se desenvolvem as sociedades contemporâneas é uma fato intercultural em contextos históricos bem diferentes: descolonizações, guerras, genocídios, crises econômicas, migrações, formação de blocos regionais como o MERCOSUL, construção da comunidade européia ou imposição norte americana da ALCA, mutilações socioeconômicas e culturais, destruição do mercado de trabalho e exclusão. Nesses contextos, associando o trágico ao complexo, onde se articula o local com o global, é que se produz a conseqüente perda de referências e certezas (MARIN 2002).

### **O aporte da interculturalidade: entre identidade e alteridade**

O espaço intercultural nos compromete a uma reflexão de base que visa imaginar uma pedagogia apropriada às sociedades pluriculturais. A comunicação se constrói então sob a base do respeito à diversidade e às diferenças, permitindo desenvolver uma percepção de mundo enquanto espaço histórico, no qual a exploração não se dá para compartilhar. O fato de reconhecer e de respeitar a existência da alteridade obriga-nos a refletir os problemas referentes à qualidade de nossas relações. Essa reflexão cabe à sociedade com seus contrastes e injustiças e à escola, enquanto instituição intermediária entre a sociedade e o Estado e, em conseqüência, mediadora da diversidade cultural, social e lingüística.

Cada cultura constrói sua própria visão de mundo e pode pretender considerá-la como universal em uma perspectiva etnocêntrica. Como afirma Camillieri (1993: 35):

O fato de centrar-se sobre sua própria cultura tem sido observado pelos antropólogos. As culturas são auto-centradas, cada uma procede de um modelo como ponto de partida em relação ao qual suas representações e seus valores são justificados.

A implicação social de nossa vida cotidiana e a nossa interação com os outros põem em discussão nossas identidades, o que engendra uma insegurança que impede a dinâmica intercultural. Em consequência, podemos imaginar a dificuldade que existe para que a descentração cultural indispensável reencontre seu lugar na reflexão intercultural, tendo em conta a complexidade da realidade e as exigências éticas que acompanham a aplicação dessa reflexão. Não podemos limitar-nos a lutar contra os prejuízos, a intolerância, o etnocentrismo, o nacionalismo e o racismo. Também não podemos contentar-nos com a simples descrição ou comparação da realidade social, sem nos comprometermos com a busca de mecanismos que facilitem o respeito à pluralidade cultural de nossas sociedades. O sentimento de mútua segurança é sem dúvida o ponto de partida para todo reencontro.

Os aportes da reflexão intercultural são aplicáveis em muitos domínios a partir da história do reencontro entre a identidade e a alteridade e de nosso diálogo com os outros, numa perspectiva que permita o reconhecimento do que é comum a todos. A perspectiva intercultural permite imaginar a existência de outras formas de percepção dos conhecimentos e outras possibilidades de interpretar a realidade, o que compete à dimensão epistemológica.

A visão interdisciplinar e transversal que utiliza a perspectiva intercultural permite o reencontro com os múltiplos rostos da sociedade, o que nos permite compreender sua complementaridade, em vista de uma integração participativa.

Atualmente, certas concepções originadas pelo etnocentrismo colonial sobrevivem como verdades (tais como a existência de raças e a hierarquização biológica e cultural), muito embora os últimos descobrimentos da Genética das populações nos permitam afirmar que todos nós como seres humanos pertencemos à mesma espécie biológica, ainda que cada um seja diferente do outro. Essa diversidade e essas diferenças não são um problema, mas sim

uma característica determinante para preservar a continuidade da espécie humana (LANGANEY; BLIJEMBERG; SÁNCHEZ MAZA, 1997).

### **O conceito de cultura**

O conceito de cultura permite uma melhor interpretação da natureza humana. Os indivíduos são o produto da interação entre sua herança natural e o meio cultural no qual têm sido e são socializados. Somos o produto de um vasto processo de acumulação de conhecimentos determinados pelas diferentes oportunidades e experiências que formam a história de vida de cada um de nós. Cada um de nós é o produto de contextos históricos e culturais, nos quais somos capazes de nos reconhecermos e sobre os quais se constrói a nossa identidade; contextos dinâmicos, complexos e plenos de riqueza, a partir dos quais tratamos de nos adaptar constantemente. As identidades não são definitivas, nem rígidas, nem exclusivas, mas podem ser múltiplas (MAALOUF 1998). Nós somos os outros, porque nos construímos com eles. A riqueza vem da interação, da inter aprendizagem que realizamos com os demais. Somos histórica e culturalmente produtos coletivos.

Se a cultura pode constituir-se num recurso muito valioso para nossa dignidade e independência, também pode converter-se em um obstáculo intransponível – uma espécie de camisa de força – segundo a utilização que façamos da mesma. A cultura pode converter-se na negação do indivíduo. Se nossas culturas são portas abertas ao desenvolvimento humano, podem também constituir-se em armadilhas. O etnocentrismo sobre o qual cada cultura tenta apoiar-se pode converter-se na afirmação de uma identidade exacerbada e produzir efeitos perversos, chegando inclusive a justificar injustiças de todo tipo nas relações de uns com os outros. A história humana está cheia de exemplos dessas perversões.

A cultura se traduz em tradições e comportamentos que se expressam através de sistemas simbólicos, de códigos, de sistemas de valores e de técnicas. Todo esse processo constrói identidades. É a partir desse contexto, no qual se origina a primeira cultura, que os indivíduos podem negociar constantemente a adaptação aos condicionamentos ou à imposição de influências e de aprendizagens que o mundo externo exerce sobre a história de

suas vidas cotidianas. É nesse processo que se afirmam os laços entre o indivíduo e sua cultura de origem, confrontada às interações que ultrapassam amplamente todo determinismo cultural. Nós falamos da cultura no plural, para além de toda classificação hierárquica.

Cada povo tem interrogado a si mesmo sobre o sentido de sua existência, sobre a morte, sobre a saúde ou sobre suas relações com a natureza e inclusive sobre a transmissão de seus conhecimentos em diferentes campos; também se tem interrogado sobre como transmiti-los.

### **Um mundo em mutação**

Atualmente a globalização econômica implica no controle da informação e das comunicações; nós vivemos condicionados à imposição da cultura de massas. Esse processo se traduz na debilitação econômica e política dos estados nação que provoca paralelamente, entre outras conseqüências, a emergência da reivindicação de identidades culturais e étnicas, enquanto expressões de resistência a essa hegemonia global.

Essa resistência é que favorece a criação de programas educativos alternativos à lógica e à visão monocultural e etnocêntrica que o modelo político dos estados nação imprimiu em nossas sociedades. É o caso da América Latina (GASCHÉ 1998; MARIN 2001).

Na Europa manifesta-se um duplo movimento reivindicativo: por um lado, certas regiões consideram-se oprimidas pelos estados centralizadores e reivindicam os direitos de utilizar sua língua e sua cultura em instituições educativas e culturais. É o caso, entre outros, dos catalães na Espanha e as minorias nacionais húngaras na Romênia. Por outro lado, em certas regiões se recorre a estratégias violentas, com as reivindicações de língua e cultura associadas à exigência de independência política, como é o caso dos independentistas bascos na Espanha e dos corsos na França (GASCHÉ 1998; SALVI 1973). Um segundo movimento reivindicativo no âmbito supremo é o da população de imigrantes que pretendem perpetuar suas heranças religiosas, lingüísticas e culturais, em seus novos países de residência.

Num panorama similar, surgiram os conflitos chamados inter étnicos que têm emergido depois do desaparecimento da ex-União Soviética e têm dado lugar a conflitos armados: é o caso da luta pela independência na Chechênia e em Daghستان, como também na Ásia Central e no Cáucaso. O exemplo mais dramático das tensões provocadas pela intolerância da diversidade religiosa, lingüística e cultural por parte de um nacionalismo extremista, é o drama da purificação étnica que se seguiu ao desmantelamento da ex-confederação da Jugoslávia (Sérvia, Bósnia e Croácia), em princípios dos anos 90 e, recentemente, o drama vivido entre sérvios e kosovares. Seria injusto esquecer a situação dramática dos ciganos, que sofreram e sofrem agressões e têm a imposição do êxodo, nos Bálcãs e em todos os países da Europa de leste (DERENS 1999). Há que mencionar igualmente o caso da purificação étnica sofrida pelos curdos na Turquia, que põe a descoberto as incoerências do discurso humanitário por parte daqueles que pretendem defender os direitos humanos na Jugoslávia e deixam, ao mesmo tempo, as mãos livres ao governo turco, para realizar sua própria purificação étnica.

Os interesses econômicos e geopolíticos são mais importantes que todo enunciado humanitário. A Turquia é uma das bases militares estrategicamente mais importantes das que têm os Estados Unidos na região (CHOMSKY 2000).

A situação contemporânea está caracterizada por múltiplas mutações. A abordagem da perspectiva intercultural ocupa neste contexto toda a sua dimensão histórica: para além da problemática educativa, psicológica e migratória, a interculturalidade nos reporta a uma reflexão fundamental sobre a necessidade de respeitar tanto a diversidade cultural quanto a pluralidade de nossas sociedades e a difícil gestão da democracia. Essa perspectiva nos aporta os elementos indispensáveis para responder à pergunta:

Como viver juntos?

## **A interculturalidade**

Essa reflexão parte do princípio de que a verdade não é necessariamente o que temos à nossa frente, posto que pode encontrar-se às nossas costas, ou atrás de nós. A verdade não pertence a ninguém, não pode ser propriedade de ninguém. A verdade é como a luz: pode encontrar-se entre todos os seres vivos da natureza. Todos temos um pouco de verdade em nós mesmos. Em conseqüência o conhecimento se constrói coletivamente, com a modéstia de compartilhar e com a humildade que dá a inteligência de aprender a escutar e dar a palavra aos outros, porque todos possuímos fragmentos de verdade e de luz (MARIN 2003).

Devemos superar a visão fragmentada da realidade e esforçar-nos para construir uma ótica que seja capaz, a partir de um enfoque interdisciplinar e transversal, de nos permitir compreender a totalidade histórica que demarca os processos sociais. Alcançar uma ótica do olhar de peixe, que tem uma abertura de 360 graus e pode permitir-nos abarcar a globalidade e as múltiplas dimensões da realidade.

Se a proposição da multiculturalidade como experiência realizada no Canadá e nos Estados Unidos propõe a tolerância como fundamento central, a interculturalidade está baseada no diálogo. Porém para realizá-la é necessário o reconhecimento da dignidade dos atores, na marca de uma democracia real e ativa. Esse diálogo baseado no reconhecimento mútuo somente será possível se resolvermos as condições socioeconômicas injustas, que hoje fragmentam e opõem o conjunto de nossas sociedades.

### **A educação**

A educação constitui um complexo processo histórico e cultural. É um fenômeno universal e se desenvolve em suas diferentes formas: tradicional, informal, moderna ou formal. A educação em cada cultura tem a função de conservar a memória histórica e de socializar e transmitir visões de mundo, como sistemas de valores e conhecimentos.

Não existe a educação, a medicina ou a inteligência no singular, mas existem sistemas educativos no plural, como respostas culturais que cada povo desse planeta elaborou para responder à necessidade de preservar sua identidade, sua memória histórica e sua dignidade. Também para dar um

sentido à própria existência, cada grupo humano necessita da continuidade de um sistema de valores e referências vitais, que lhe são fundamentais. A educação tem como função essencial garantir a sobrevivência de cada sociedade.

Existem igualmente sistemas médicos, como respostas culturais para os problemas que as doenças solicitam e para diagnosticar e tratar os desequilíbrios da saúde física e mental de uma sociedade. Quanto à inteligência, esta se reveste de múltiplas dimensões. Para além da inteligência racional, como referência fundamental da hierarquização social na cultura ocidental, outros povos têm sabido valorizar a inteligência emocional ou a inteligência social. Nesta perspectiva, a reflexão intercultural nos permite valorizar a diversidade cultural, concebida como um patrimônio coletivo da humanidade.

No caso sul americano, existem múltiplos trabalhos de pesquisa antropológica e em outros campos, sobretudo na região amazônica, os quais buscam revalorizar e desfolclorizar as culturas tradicionais. Consideram necessário valorizar suas línguas, suas visões de mundo, seus conhecimentos médicos, suas classificações botânicas e seus valiosos conhecimentos dos sistemas ecológicos, para associá-los aos conhecimentos da cultura ocidental, no marco dos programas educativos bilíngües e interculturais (GASCHÉ 2002; MARÍN 2002; NARBY 2002).

### **Educação intercultural**

A interculturalidade, como conceito de referência, aplica-se ao contexto europeu para assumir a política da imigração e no contexto latino americano como suporte dos programas de educação bilíngüe e intercultural (EBI), destinados aos povos indígenas. A questão é que essas aplicações são realizadas sem aceitar nem assumir o conceito de que, na maioria dos casos, a reflexão intercultural é aplicável à gestão da multiculturalidade que impregna as sociedades européias e americanas, encerradas até hoje em óticas monoculturais, monolíngües e etnocêntricas.

Na América Latina, no campo educativo, existem os projetos de educação bilíngüe e intercultural em diferentes países, que tentam revalorizar as culturas e as línguas indígenas, tratando de estender essas reflexões ao conjunto das sociedades pluriculturais de nosso continente. É importante não marginalizar nem reduzir a proposição da educação intercultural a uma educação destinada aos indígenas ou, como no caso europeu, limitada à população dos imigrantes.

A educação intercultural é uma boa alternativa para assumir o desafio da multiculturalidade, que impregna uma boa parte das sociedades contemporâneas, como um fundamento para imaginar uma co-habitação que supere a intolerância e o respeito à pluralidade e à diversidade cultural (MARIN 2002).

Na história recente esse conceito foi recolhido pela UNESCO como um conceito de educação, para facilitar a compreensão internacional. Essa concepção se estende a uma educação fundada nos direitos humanos e promotora da democracia e da cidadania. A interculturalidade concebe o processo educativo como aquele que deve estar baseado na participação, para permitir aos indivíduos melhorar suas condições de vida. Uma educação intercultural deve igualmente promover a tolerância e se expressa na capacidade de respeitar cada pessoa como a base ética da paz, da segurança e do diálogo intercultural.

A interculturalidade inclui a idéia de intercâmbio, de interdependência, de interaprendizagem, de diálogo e de negociação entre pessoas de culturas diferentes, baseada no princípio fundamental da igualdade de condições. É uma proposição democrática de diálogo de culturas, dentro de uma perspectiva complementar, alheia à tentação perversa de evitar falsas oposições entre a educação tradicional e a educação moderna, entre a cultura oral e a cultura escrita. Trata-se de um diálogo que nos permita construir um encontro benéfico entre culturas, onde uns aprendem de outros, facilitando assim o respeito à pluralidade e à multiculturalidade que impregna a atual sociedade planetária.

A partir desses princípios, essa reflexão pode ser aplicada aos campos da educação, da medicina ou da ecologia entre outros, com a finalidade de

imaginar uma compreensão melhor de nossas sociedades, tão fragmentada hoje, para melhor assumir os conflitos culturais e religiosos que caracterizam nossas sociedades.

A aplicação da reflexão intercultural pode ajudar-nos a enfrentar as arbitrariedades geradas pelo etnocentrismo, pelo nacionalismo, pelo racismo e pelo fundamentalismo religioso que recentemente nos têm levado a confrontações tribais, que vão desde a purificação étnica na ex-Yugoslávia, passando pela emergência do racismo como ideologia política de massas nos países europeus, até a ameaça dramática da “guerra de civilizações”, promovida pelo fundamentalismo religioso que justifica as ambições da geopolítica norte americana.

Na atualidade da América Latina pode afirmar-se que a interculturalidade, enquanto reflexão aplicada em princípio ao campo da educação, encontra-se em um processo de construção e difere no conteúdo e no alcance segundo os contextos históricos e a correlação de forças políticas das sociedades nas quais se trata de desenvolvê-la.

A interculturalidade se confronta com o processo político de cada país e é determinada pela vontade política com a qual os governos dos diferentes estados assumem-na em seus programas educativos.

A partir de tais antecedentes, podemos falar das limitações da interculturalidade como proposição educativa, na medida em que esta se encontra determinada pela vontade política com a qual se decide sua execução, dentro de um contexto histórico (DEGREGORI 2002; GASCHÉ 2003; GODENZZI 1996; MARIN 2002 b; TUBINO 2002; WALSH 2002).

A interculturalidade requer um contexto democrático ativo e real, que permita a igualdade de condições para todos os atores e que supere as limitações e as ambigüidades da democracia formal.

A formação dos formadores é primordial. Para além dos problemas teóricos e metodológicos, é necessária uma profunda tomada de consciência por parte dos formadores sobre a alteridade e a necessidade de se colocar na situação e na pele dos outros. Requer-se igualmente uma experiência

existencial, para melhor compreender e construir a interculturalidade como uma realidade no campo educativo. Dito de outra forma, para se alcançar a descentração cultural dos atores.

A experiência existencial passa pela vivência e pela compreensão do contexto no qual vivem os outros, o que provoca uma profunda mudança em nossas certezas e nos abre para o reconhecimento e o respeito das outras pessoas, possibilitando uma inter aprendizagem que supere nossa etno suficiência (GASCHÉ 2002).

A descentração cultural enquanto trabalho cotidiano sobre nós mesmos em nossa relação com o mundo exterior torna-se a única possibilidade de aplicar uma perspectiva intercultural que nos permita construir um verdadeiro diálogo de culturas.

A educação a partir da tomada de consciência do contexto histórico de cada sociedade e baseada na reflexão intercultural, requer uma integração num projeto social assumido pela vontade política do Estado.

### **Interculturalidade e epistemologia**

O significado e a prática da interculturalidade têm implicações igualmente no campo cognitivo, relacionado com as diversas formas de produzir e aplicar o conhecimento. Por essa razão, concebemos a interculturalidade como a possibilidade de colocar em discussão o caráter universal de certos conhecimentos, especialmente aqueles relacionados com a natureza, a medicina ou a “justificativa” das raças e de outros campos (WALSH 2002).

A interculturalidade, no campo epistemológico e como proposição paradigmática, põe em discussão e em dúvida as múltiplas certezas e postulados de uma totalidade teórica dominante, que impregna o processo de construção de conhecimentos em nossas sociedades.

Ao se falar de interculturalidade, assume-se um desafio epistemológico que questiona grande parte da lógica do etnocentrismo ocidental, lógica sobre a qual se têm construído os fundamentos das ciências e da tecnologia hoje

dominante e hegemônica, fundamentos esses que têm uma construção cultural divorciada da natureza e dos contextos ecológicos, históricos e culturais.

A natureza é um sistema vivente, do qual nós todos fazemos parte, como uma espécie viva a mais, devido à nossa composição biomolecular, expressa no DNA, que é comum à nossa espécie. As limitações dessa concepção racional e positivista estão bem demonstradas na catástrofe de Chernobyl em 1986, a qual marcou o final dos dogmas sobre os quais se baseia essa racionalidade. Chernobyl é a sepultura de uma certeza científica que pretendia dominar a natureza liberando energias como a termonuclear, sem dominar a capacidade de controlá-las posteriormente.

Atualmente, quais são as respostas científicas para controlar a radioatividade? Quais são os fundamentos para responder ao desafio ecológico da contemporaneidade? Quais são as tecnologias para reconstruir a camada de ozônio e restabelecer o equilíbrio térmico? Esse equilíbrio térmico é vital, porque regula os ciclos climáticos de nosso planeta (MARIN 1996).

Historicamente, o etnocentrismo europeu propiciou o nascimento do racismo colonial, que desenvolveu os enunciados teóricos que se referem às pretensas hierarquizações biológicas e culturais, o que permitiu ao colonialismo justificar um sistema perverso e injusto. Podemos afirmar agora, graças às recentes investigações da antropologia genética, que não existem raças. Toda hierarquização biológica, apoiada em um suposto fundamento científico para sustentar a existência de raças, não tem nenhuma sustentação.

O racismo existiu como ideologia que fundamentou as políticas segregacionistas e de discriminação racial, em países como os Estados Unidos e a África do Sul. Atualmente existe e se desenvolve como ideologia política e como justificativa para a diferenciação cultural e religiosa que sustenta as políticas excludentes da imigração na Europa, como as enunciadas no Tratado Schengen, que regula a imigração para os países da Comunidade Econômica Européia.

Como ideologia política de massas, tem uma importante presença nos partidos de direita, em países como a Alemanha, Áustria, França, Itália e Holanda, todos no contexto europeu.

O racismo, como o etnocentrismo, é um fenômeno universal. Cada sociedade constrói culturalmente, em seu imaginário coletivo, seus próprios indígenas, negros e ciganos, para poder discriminá-los (MARIN 1996; 1996a; 1996b).

### **Interculturalidade, educação e movimentos sociais**

A democracia e a interculturalidade são dois paradigmas pensados muitas vezes em termos teóricos, sem se propor o desafio que implica colocá-las em prática na realidade social e histórica. A democracia real e ativa implica na construção de condições concretas para que se realize.

O Brasil e o conjunto dos países da América latina são parte de um contexto histórico no qual nossas sociedades se confrontam com as relações de dominação e de exclusões demasiado brutais. Nessas condições sobrevive uma democracia precária que não é capaz de abrigar a perspectiva intercultural como uma utopia possível. A interculturalidade necessita de um contexto socioeconômico e político para realizar-se. Para o multiculturalismo como política social basta a tolerância, mas a interculturalidade requer o diálogo que é alimentado pelo reconhecimento mútuo, o qual por sua vez nutre a dignidade, base da inter-aprendizagem e do enriquecimento espiritual que promove a união do cognitivo com o afetivo (DEGREGORI 2002).

As políticas multiculturais implicam a existência de grupos homogêneos baseados na discriminação positiva, que se toleram sem necessidade de se construir mutuamente, provocando muitas vezes a fragmentação e a mutação da sociedade, como no caso norte americano.

Como assumir, a partir da educação, o desafio da diversidade cultural e das desigualdades socioeconômicas, associadas em grande medida à diversidade cultural? Como associar o respeito à identidade cultural, a situação e os problemas das gerações e de gênero, que se colocam dentro de nossas sociedades?

A primeira opção alternativa para imaginar a mudança de uma sociedade é a educação, enquanto instrumento da tomada de consciência em uma determinada realidade social. A educação tem a capacidade de exercer uma influência importante num território privilegiado, no qual se transmitem os sistemas de valores e nos quais se fundam os projetos de sociedade, bem como a eles se dá um significado.

A escola é o ponto de convergência entre sociedade e Estado, onde se constrói grande parte das bases afetivas de nossa dignidade, na estima do que somos e, por fim, na possibilidade de imaginar um projeto de sociedade de acordo com nossos valores. Trata-se de um projeto cultural que venha ao encontro da construção de uma concepção educativa, associada à proteção de nossos sistemas ecológicos.

O Brasil, com a riquíssima experiência da conscientização desenvolvida pela educação popular que inspirou a reflexão de Paulo Freire e dos que compartilharam seu projeto, tem conseguido acrescentar muitas contribuições ao debate internacional sobre a necessidade da construção de uma consciência crítica, abordando uma fértil reflexão sobre o papel libertador da educação.

Atualmente o povo brasileiro confronta-se com o extraordinário desafio de imaginar uma nova sociedade sobre as bases que superam o conflito e os abismos das dificuldades socioeconômicas que hoje dividem e despertam enfrentamentos no cotidiano da sociedade brasileira.

Pensem na construção de uma consciência crítica, apoiada em uma reflexão intercultural que possa ajudar-nos a traduzir a realidade social e a imaginar os mecanismos que sejam capazes de superar as situações de injustiça que as impregnam atualmente (FLEURI 1998; 2002).

Como se poderá construir uma sociedade justa e solidária?

Responder a essa pergunta constitui um desafio continental e planetário. O Brasil, com todo o extraordinário potencial de biodiversidade e diversidade cultural que possui, tem que assumir esse desafio, utilizando uma educação libertadora, como veículo de uma democracia real e ativa. Os setores

mais marginalizados da sociedade brasileira necessitam com urgência recuperar os elementos essenciais de sua dignidade, condição essencial para construir um futuro diferente. O esforço de alguns setores acadêmicos e de algumas ONGs é louvável, mas insuficiente diante das enormes proporções do desafio. É necessária uma sólida vontade política que venha do Estado e de todos os atores sociais para tornar realidade esse projeto.

A interculturalidade, como proposição política é inviável e utópica, na medida em que conserva intacto o modelo político de estado nação, de origem européia. A proposição ideológica de uma nação mítica e homogênea expressa e oficializa uma única visão monocultural do mundo, composto artificialmente por uma só cultura e uma só língua. Essa proposição tem se constituído em todo o contexto histórico americano como a negação autoritária da diversidade cultural e lingüística que impregna a pluriculturalidade de nossas sociedades (FULLER 2002; ILIZARBE 2002; TUBINO 2002).

Como epílogo dessa reflexão, gostaria de propor algumas perguntas, que considero vitais:

Como imaginar uma sociedade que permita o reconhecimento da dignidade de todos os seus atores?

Como imaginar uma sociedade capaz de aceitar e respeitar a pluralidade de seus indivíduos, como demonstração da realização de uma democracia real e ativa?

Como construir uma sociedade que torne possível o respeito às diferenças culturais, de geração e de gênero, e faça desse respeito o fundamento da construção de um novo projeto de sociedade?